Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 15/2026

19 de agosto a 1º de setembro de 2026

Sumário Executivo

Quinzena politicamente quente pela frente na geopolítica global. A *81ª. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* (Nova York, 8-28/09)*; a Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)* (Bishkek, Quirguistão, 31/08-01/09); a *Cúpula de BRICS* (Nova Déli, Índia, 11-12/09); a reunião anual do *Comitê da OMS na África* (Adis Abeba, Etiópia, 24-28/08); as guerras insolúveis; a fúria da natureza; novas investidas neoimperialistas de Trump, são alguns dos temas tratados neste fascículo *15* dos *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2026*.



Na sede da ONU, em Nova York, espera-se uma *81ª. Assembleia Geral* marcada pelas tensões habituais deste mundo conflagrado, com múltiplas crises em diversas áreas; uma agenda robusta que mostra a importância do multilateralismo num tempo de deliberadas intenções de enfraquecê-lo; ao que se agrega a expectativa da eleição do(a) novo(a) secretário(a)-Geral da ONU, para o período 2027-2031. A reforma da ONU, a partir da *Iniciativa ONU 80* https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents certamente ocupará a atenção dos altos representantes dos Estados-membros, assim como os grandes problemas globais vigentes: conflitos militares importantes, inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre tantos outros.

A AGNU é sempre momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens que estão agendados para discussão (muito dos quais com diversos subitens) https://docs.un.org/en/A/81/150 tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções que saírem da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária. Além disso, realiza-se em 25 de setembro a importante *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias*, com participação de Chefes-de-Estado e de Governo, ministros da saúde e especialistas, e do DG da OMS Tedros Adhanom.

A corrida para a eleição do SG da ONU foi acrescida de uma nova candidatura, a da diplomata equatoriana *Ivonne A-Baki*, indicado por Tonga e não por seu país. Temos, assim oito candidato(a)s declarados, a maioria deles da América Latina e mulheres. ***Alcazar*** preparou preciosa análise sobre a eleição em artigo para este fascículo.

Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)



A Cúpula da OCX de 2026 ocorreu de 31/08 a 01/09, em Bishkek, capital do Quirguistão. Todos os líderes dos Estados-membros estavam presença, incluindo os quatro grandes da região: *China (Xi Jinping), Rússia (Vladimir Putin), Índia (Narendra Modi) e Irã (Masoud Pezeshkian).* O evento marcou o *25º aniversário* de fundação da organização e debateu a modernização institucional do bloco e questões de segurança regional. Mas não só isso. Sob o lema *"25 Anos da OCX: Juntos Rumo à Paz Sustentável, ao Desenvolvimento e à Prosperidade"*, a *Cúpula de Bishkek* focou em temas divididos em três pilares:

1. Segurança regional e geopolítica**:** *a) Gerenciamento de crises globais* — debates sobre os impactos e a instabilidade gerados pelos conflitos no Oriente Médio, Ucrânia e Afeganistão; b) *Combate às "Três Forças do Mal"* — fortalecimento de mecanismos conjuntos de inteligência contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo, além do narcotráfico; c) *Centro Internacional de Combate ao Crime Organizado* — negociações finais para estabelecer um Centro dessa natureza, incluindo ameaças cibernéticas; d) *Nova ordem multipolar* — defesa de uma governança global que reduza a dependência das instituições ocidentais, posicionando a ONU no papel central.

2. Cooperação econômica e financeira: *a) Criação do Banco de Desenvolvimento da OCX* — Discussão sobre o capital e o cronograma para tirar do papel o banco próprio do bloco para financiar infraestrutura; *b) Desdolarização* — Ampliação gradual do uso de moedas nacionais para liquidação de transações comerciais entre os membros, visando mitigar o impacto de sanções econômicas ocidentais; *c) Rejeição a sanções unilaterais* — Posicionamento conjunto contra medidas coercitivas e tarifas econômicas adotadas externamente (principalmente pelos EUA).

3. Conectividade e infraestrutura: *a) Corredores de transporte* — Foco em projetos logísticos estratégicos na Ásia Central, com destaque para a construção da ferrovia China-Quirguistão-Uzbequistão; *b) Transformação digital* — Cooperação em tecnologia, compartilhamento de dados e comércio eletrônico transfronteiriço.

Na Cúpula de Bishkek, a *China* e a *Rússia* atuaram de forma coordenada para consolidar o bloco como *o principal contrapeso geopolítico ao Ocidente*, embora cada potência possua prioridades estratégicas específicas para a região. O *Irã* buscava *alívio econômico e proteção diante das ameaças dos EUA* que não cessam. A desdolarização comercial e criação do Banco de Desenvolvimento da OCX é vital para o país. A OCX serviu como plataforma para Teerã demonstrar que não está diplomaticamente isolado. Já a *Índia* buscava consolidar sua presença na Ásia Central, mas rejeitando transformar a OCX em uma coalizão puramente antiocidental. Os demais países são, por enquanto, apenas o 'corpo de baile' da companhia... Além da *Declaração de Bishkek*, os participantes da cúpula assinaram outros 27 documentos (ver: https://tvbrics.com/pt/news/l-deres-dos-pa-ses-da-ocx-assinam-declara-o-de-bishkek/) O Paquistão assumiu a presidência rotativa da organização para 2026-2027.

Cúpula do BRICS

A 18ª Cúpula do BRICS acontecerá nos dias 12 e 13 de setembro de 2026, em Nova Déli, sob a presidência rotativa da Índia. Seu tema principal será "*Construindo para a resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade*", com a agenda https://www.brics2026.gov.in/ focando em valorização do Sul Global, desdolarização do comércio, governança de inteligência artificial e transição energética. Todos os países componentes de BRICS confirmaram presença, incluindo *membros fundadores* (*Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*) e novos integrantes do formato ampliado (*BRICS+*) como *Egito, Etiópia, Irã, Indonésia e Emirados Árabes Unidos*. *Xi Jin Ping* promete não só estar presente, como levar mais de 300 membros na delegação, pois entende que é momento de superar as inúmeras diferenças que tem com *Modi*, primeiro-ministro da Índia, e fortalecer BRICS na multipolaridade global em disputa. *Putin* confirmou presença. *Lula* não vai devido às eleições, mas o chanceler *Mauro Vieira* representará o Brasil. A *16ª Reunião de Ministros da Saúde de BRICS* já ocorreu em 23-24 de julho, em Chandigarh, Índia, e resultou na declaração https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/07/24152006/16th-BRICS.pdf já comentada por nossa analista *Claudia Hoirisch*, especializada em BRICS. Elementos da referida declaração deverão compor a *Declaração Final da Cúpula*. Em 23 de setembro "*Saúde no BRICS*" será tema do *Seminário Avançado Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.*

====*====

A realização da *Cúpula do BRICS* (11-12/09) imediatamente após a *Cúpula da OCX* (31/08-01/09) parece não ser casual. É parte do festival de afirmação global da *Eurásia* ou do *Leste Global*, pois têm *China, Índia, Rússia e Irã* integrando os dois blocos, das quais três são potências nucleares e o Irã controla o Estreito de Ormuz, ameaçado por Trump de ser declarado "território ultramarino dos EUA"[1]. De outro lado, embora a Índia seja um 'fator de moderação' em ambos os blocos, é possível que Modi esteja perdendo a paciência diante da intransigência de Trump com relação aos tarifaços sobre o país e esteja muito satisfeito com os acenos de Xi para uma definitiva resolução das ancestrais divergências fronteiriças entre China e Índia. Portanto, reafirmamos, quinzena politicamente quentíssima. ***Hoirisch*** (nossa analista de *BRICS*) e ***Lobato e grupo*** (do *Leste Global*) tratam das respectivas Cúpulas, suas ambições e possíveis consequências para a geopolítica global em artigos neste *Caderno 15* e em próximos fascículos.

Saúde África 2026

A reunião do *76º Comitê Regional da OMS/AFRO* se realizou em Adis Abeba, Etiópia, com decisões e resoluções que pretendem moldar os sistemas de saúde e a cooperação internacional na África, na próxima década. Recebe toda nossa atenção pela situação socioeconômica, ambiental e sanitária extremamente delicada que vive (e sempre viveu) o continente, com seus 55 países e cerca de 1,5 bilhão de habitantes. Os resultados da reunião do Comitê Regional são

[1] Ao que tudo indica é mais um blefe de Trump, o jogador. O Estreito de Ormuz é uma rota crucial por onde transita cerca de 20% do petróleo mundial, e suas águas territoriais pertencem legalmente ao Irã e a Omã. Analistas avaliam a declaração como uma manobra meramente retórica de demonstração de força do governo norte-americano.

apresentados por ***Silva e colegas do GT sobre África*** do Observatório, em artigo neste fascículo. Ademais, dia 9 de setembro a Fiocruz realiza *Seminário Avançado sobre Saúde na África*.

Natureza em fúria: degelo nos Himalaias, resultando em inundações no Nepal

A fúria da natureza continua. O aquecimento global produziu o colapso de geleira no Himalaia, gerando uma grande inundação no Nepal, que carregou tudo o que encontrou pela frente, deixou números ainda incontáveis de mortos, feridos e desaparecidos e afetou a vida de cerca de 100 mil pessoas. Novas inundações são prováveis a partir dos lagos que se formaram ao longo do percurso do caudal inicial de água. A pobreza do país e a frágil organização do sistema de saúde e proteção civil para enfrentar desastres tem dificultado o socorro às vítimas e a prevenção de novas tragédias imediatas e futuras. China, Índia e outros países da região estão mobilizando equipes especializadas para apoiar o Nepal.

Neoimperialismo trumpiano em marcha acelerada

As verdadeiras intenções do sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro, promovido por forças militares dos EUA, em janeiro de 2026, se revelam na sua plenitude 9 meses após: além do *comando político* exercido pelo 'vice-rei' *Marco Rubio*, a posse das reservas de *65 bilhões de barris de petróleo* que repousam no subsolo da Venezuela. A riqueza, que pertencia ao povo venezuelano por meio da estatal PDVSA, passou toda para empresas privadas norte-americanas, empoderadas para o negócio por dinheiro público do governo dos EUA.

Que, aliás, está fazendo o mesmo com a empresa estadunidense *USA Rare Earth* que avança no processo de aquisição da *Serra Verde*, operadora da única mina de terras raras em escala comercial no Brasil, situada em Minaçu, no norte de Goiás. A operação envolve cerca de US$ 1,55 bilhão (aproximadamente R$ 7,7 bilhões) para viabilizar a compra e estruturar a cadeia de produção. O Departamento de Defesa (ou Guerra) dos Estados Unidos aportou US$ 750 milhões diretamente no projeto para garantir o acesso a esses insumos. O plano prevê que a produção da mina seja voltada para suprir o mercado americano, reduzindo a dependência global da China.

O Escudo das Américas (America Shield), que já reúne cerca de 19 países e é focado em cooperação de inteligência e segurança hemisférica, continua sua marcha de consolidação de uma ocupação militar sub-reptícia da *América Central e do Sul*. Trump também ataca no Norte. Confrontado pelo *Canadá,* que prometeu retaliar 'dólar-a-dólar' as tarifas impostas pelos EUA, mudou no seu mapa, o nome *Lago Ontario*, na divisa entre EUA e Canadá, para *Lago America*, e a Google capacho também já mudou o nome nos seus mapas. A pressão sobre *Cuba* continua num nível imoral, submetendo seus habitantes às mais ultrajantes condições de vida. Todos estes ais movimentos se baseiam, como sabemos, na *Doutrina Donroe*, braço político dos movimentos ideológicos e estratégias *America First* e *MAGA (Make America Great Again).*

Entretanto, a posição de Trump não é nada confortável. Sua avaliação encontra-se no nível mais baixo que um presidente estadunidense jamais atingiu a estas alturas do campeonato político: há pouco mais de dois meses das eleições de meio de mandato que definirão as composições das duas casas do legislativo americano. ***Paulo Esteves*** analisa neste fascículo a derrocada americana. Já a ***Editoria dos Cadernos*** preparou um breve resumo sobre os buracos deixados pela saída dos EUA, sob Trump, de diversas organizações e da ajuda externa para o desenvolvimento, num pequeno exercício sobre como substituí-la.

Na **OMS**, como em todas as agências, fundos e programas da ONU, também está em curso um processo de reforma, definido pelos Estados-membros na Assembleia Mundial de Saúde (AMS) de 2026 https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_31-en.pdf. A resolução aprovada decidiu pela constituição de uma *Força Tarefa* que elaborará proposta a ser apreciada na AMS de 2027. A Força Tarefa é composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. O objetivo central é aplicar o princípio da subsidiariedade (decisões tomadas no nível regional, e não centralizada em Genebra). A Força Tarefa já ganhou página web https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture, já teve sua composição completada e realizou uma primeira semana de reunião (10-15/08) para acertar o processo de trabalho.

Os Cadernos já há algum tempo vêm acompanhando e noticiando ambos os processos de reforma (ONU e OMS) e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa. Neste Caderno 15 trazemos a visão, posicionamentos, declarações da **sociedade civil global**, em artigo do ***GT do Observatório***, liderado por *Luis Eugenio de Souza*. No Caderno 13, veiculamos artigo de *Lúcia Marques* sobre a visão prevalente na região MENA e Ásia-Pacífico com relação à reforma da OMS; no fascículo 14 publicamos os artigos de *Sebastián Tobar* sobre a visão da ALC**;** de *Regina Ungerer* sobre instituições do Sul Global, inclusive o G77; bem como o que vem fazendo a OIT sobre a reforma naquela agência, em artigo de *Frederico Peres*, e a UNESCO, em artigo de *Fabiane Gaspar**.***

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Quem será o próximo Secretário Geral da ONU? Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas** nos Cadernos, ***Alcázar*** faz uma breve análise fundamentada no candidato "que menos causaria estorvo". O próximo SG terá que se haver com a crise de desconfiança no multilateralismo e com a necessidade de reforma de uma Organização que completou 80 anos. Como fazer isso na atual conjuntura?

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa a documentação do **Conselho de Direitos Humanos** enviada para validação da *81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81),* da qual é órgão subsidiário. Trata-se de um amplo conjunto de relatórios, notas e documentos produzidos pelo *Conselho,* por seus Procedimentos Especiais, mecanismos investigativos, grupos de trabalho e especialistas independentes. Os documentos abordam temas relacionados ao direito à saúde, mudanças climáticas, proteção ambiental, povos indígenas, alimentação, educação, combate ao racismo, direitos das mulheres, envelhecimento, migrações, empresas e direitos humanos, liberdade de associação, justiça transicional e acompanhamento de situações

nacionais específicas. O presente informe apresenta um panorama geral desses documentos, organizando-os em eixos temáticos e situacionais, a partir da agenda provisória. Após o encerramento da AGNU 81, informaremos sobre as resoluções aprovadas, os processos conduzidos pelos Estados-membros e as possíveis implicações desses resultados para a governança global dos direitos humanos e para a saúde global.

Para ***Reges, Bermudez e Galvão,*** o cenário da **Saúde Global** em 2026 é marcado por transformações na governança multilateral, pressões sobre a **OMS** e desafios persistentes de preparação e resposta a emergências sanitárias. A corrida à Direção-Geral da OMS ocorre em meio à crise financeira e à reorganização institucional da organização, mobilizando diferentes perfis e visões sobre seu futuro e sobre o multilateralismo. Paralelamente, o surto de *Ebola Bundibugyo* evidencia avanços importantes na mobilização de diagnósticos, terapêuticos, vacinas e pesquisa clínica, mas também lacunas estruturais que reforçam a necessidade de investimentos entre emergências. O fim do surto em Uganda, contrastando com sua expansão na RDC, demonstra a complexidade da resposta. Em Genebra, acirra-se a disputa para *nova Direção Geral da OMS* e setembro marca o mês da sessão de Alto Nível da ONU recolocando pandemias, equidade e solidariedade no centro da agenda multilateral.

Tobar e ***Tobar*** analisam a **transição da saúde internacional para a saúde global** e, mais recentemente, para a *geopolítica da saúde*. A saúde global foi construída sobre três pilares: a produção de bens públicos globais, a cooperação internacional e o multilateralismo, com o objetivo de reduzir as desigualdades em saúde. No entanto, desde 2014, observa-se um enfraquecimento desse paradigma, associado ao retorno dos conflitos geopolíticos, ao aumento das desigualdades e à transformação das cadeias de suprimentos globais. A inclusão de medicamentos de alto custo na Lista de Medicamentos Essenciais da OMS também evidenciou as tensões entre o valor da saúde, o custo e a sustentabilidade nacional. A pandemia de COVID-19 exacerbou essas limitações, especialmente por meio do "apartheid vacinal" e das dificuldades do mecanismo COVAX. A geopolítica da saúde incorpora três dimensões: a securitização da saúde, o fortalecimento da soberania em saúde e a subordinação das decisões em saúde a interesses estratégicos. Assim, a saúde deixa de ser primordialmente um bem público global para se tornar também um componente do poder estatal e da competição internacional.

Magalhães e Galvão analisam a **COP17 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD),** realizada em Ulaanbaatar, Mongólia, entre 17 e 28 de agosto de 2026, que entrou em sua reta final sem consenso sobre a criação de um *protocolo internacional vinculante sobre seca* — uma reivindicação histórica dos países africanos, apoiada por Brasil e União Europeia. Segundo a ONU, a seca, agravada pela crise climática, pode afetar 75% da população mundial até 2050, e 40% dos solos do planeta já estão degradados. Divergências geopolíticas, incluindo propostas alternativas mais fracas apresentadas por delegações latino-americanas e a resistência a compromissos financeiros e de cooperação internacional, esvaziaram o texto original acordado na *COP16*, em Riad, e ameaçam o resultado da rodada ministerial. Um relatório da **UNCCD** baseado no estudo *Global Burden of Disease (GBD/IHME)* reforça a urgência do tema, associando a seca a cerca de 650 mil mortes entre 1970 e 2019 e apontando a desnutrição infantil como um dos principais fatores de risco à saúde das crianças no mundo. A COP17 avançou mais na implementação, financiamento e criação de iniciativas concretas do que na construção de novas obrigações internacionais. Houve avanços importantes em restauração de terras, pastagens, financiamento e mecanismos de resiliência à seca, mas

não houve consenso para estabelecer um regime global juridicamente vinculante sobre secas. A principal negociação política foi transferida para a COP18, em 2028.

O artigo de ***Peres*** analisa o relatório (*policy brief*) "*El Niño 2026–2027 e o mundo do trabalho na América Latina e no Caribe: uma cadeia causal do clima ao emprego e para as instituições trabalhistas"*, da **Organização Internacional do Trabalho (OIT),** publicado em 27 de julho último. O documento oferece uma estrutura importante para entender por que as consequências do El Niño não devem ser interpretadas apenas como fenômenos meteorológicos ou ambientais, e sim como ameaças sistêmicas, que podem gerar impactos para o equilíbrio e a sustentabilidade dos sistemas ecológicos, das atividades produtivas e dos mercados de trabalho, comprometendo orçamentos familiares, fragilizando instituições trabalhistas e diminuindo a capacidade de governos em garantir direitos básicos às trabalhadoras e trabalhadores da região. A principal mensagem destacada no relatório é que o El Niño deve ser considerado um elemento multiplicador de riscos, capaz de aprofundar e criar associações sinérgicas entre distintas crises em curso — social, política, econômica, climática etc. —, cujos efeitos não serão distribuídos uniformemente entre países, territórios, setores produtivos ou grupos da população. Pelo contrário: seus impactos serão determinados pela relação entre as injustiças climáticas, econômicas e sociais já existentes, afetando de maneira desproporcional os grupos mais vulnerabilizados da população. Trabalhadores em empregos informais, rurais e que desenvolvem suas atividades ao ar livre, provavelmente, estarão entre os mais afetados, enquanto a agricultura, a pesca, a energia, a construção, o transporte, a logística e o turismo são setores particularmente sensíveis. A estrutura analítica proposta pela OIT permite compreender que o fenômeno El Niño previsto para 2026-2027 tem enorme potencial de aprofundar contextos de extrema vulnerabilidade vivenciados por diferentes grupos da população latino-americana e caribenha que, não raro, são aqueles historicamente deixados à margem dos projetos de desenvolvimento socioeconômico na região. E que, nessa perspectiva, configura-se como uma oportunidade para fortalecer a arquitetura institucional que conecta políticas climática, de promoção do trabalho decente, de saúde do trabalhador, para a proteção social, o diálogo social e, por fim, o desenvolvimento territorial.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama sobre o *surto de ebola na República Democrática do Congo e Uganda*, destacando *sua relação com a mobilidade humana e a crise humanitária na região*. Foram abordadas as principais ações da **OIM** na preparação e resposta ao surto, com foco na vigilância e no monitoramento dos fluxos populacionais. Também são apresentados os principais corredores e pontos de mobilidade identificados na RDC, bem como os desafios para a vigilância sanitária nas áreas de fronteira. Apresenta-se, também, o agravamento da crise humanitária no *Sudão*, marcado pela intensificação da violência, destruição de infraestruturas essenciais e novos deslocamentos populacionais. Destaca-se a situação nas regiões de *Darfur e Cordofão*, onde os conflitos e eventos climáticos ampliam a vulnerabilidade da população. O texto aborda ainda a *dimensão migratória da crise*, caracterizada por milhões de deslocados internos e pessoas que buscaram refúgio em países vizinhos, além dos desafios para a resposta humanitária e para o retorno seguro das populações afetadas.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** apresentam, de forma sintetizada, o documento da OPAS e OEA, voltado à *formulação, implementação e avaliação de políticas intersetoriais de alimentação saudável e atividade física em ambientes escolares nas Américas*. São apresentados o diagnóstico epidemiológico e educacional que

fundamenta o documento, seu marco conceitual, o ciclo de etapas para desenho e implementação de políticas, os mecanismos de governança multissetorial e o arcabouço de monitoramento e avaliação propostos. Complementarmente, apresentam um *informe sobre a 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (2026), situando o tema da saúde de mulheres, crianças e adolescentes na programação paralela liderada pela PMNCH.*

Na área da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, Neves, William, Grainger e Oliveira e Silva*** exploram as *políticas preventivas para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação na perspectiva dos determinantes sociais e comerciais da saúde.* Essa abordagem traz desde programas consagrados como as transferências condicionadas de renda e programas de alimentação escolar até novas estratégias como o *Food is Medicine*, incluindo a análise da possível captura dessas agendas pelas corporações de ultraprocessados.

Cazumbá informa que ao comemorarem os 50 anos de parceria, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o Japão anunciaram um pacote histórico de cooperação para a América Latina e Caribe (ALC). Os investimentos contemplarão diversos setores, sendo o destaque deste artigo para os setores da saúde e do desenvolvimento, que receberam mais atenção do governo japonês.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. A inteligência artificial está reconfigurando comércio, desenvolvimento, saúde e propriedade intelectual em meio a profundas assimetrias globais de capacidade tecnológica e governança. A **OMC** realizará, em setembro de 2026, seu primeiro *World Trade and Tech Day* para discutir como a IA pode reduzir custos comerciais, ampliar o comércio digital, apoiar economias em desenvolvimento e orientar políticas comerciais e governança. A **UNCTAD** destaca a concentração de pesquisa, patentes e capacidade computacional, a conectividade limitada e a exclusão de muitos países em desenvolvimento da governança da IA, defendendo infraestrutura compartilhada, recursos de código aberto, cooperação Sul-Sul e mecanismos de responsabilização. Na **saúde**, UIT, OMS e OMPI realizarão a terceira reunião da *Global Initiative on AI for Health,* dedicada à implementação responsável, governança e avaliação de modelos. A **OMPI** também realizará seu primeiro *Global Forum on IP and AI*, abordando patentes, direitos autorais, autoria, inventividade e outras questões de propriedade intelectual no contexto internacional contemporâneo.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, analisa as manifestações de organizações da sociedade civil sobre a **reforma da arquitetura da saúde global** por meio da **Força Tarefa** instituída no âmbito da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, a partir do monitoramento de *62 organizações de interesse público e privado*. A busca foi realizada com apoio de uma ferramenta de inteligência artificial, utilizando combinações entre o nome de cada organização e as expressões 'Global Health Architecture', 'Global Health Architecture Reform', 'GHA Reform', 'Joint Process on GHA Reform', 'Joint Task Force', 'WHA79(20)' e 'A79/24'. Foram identificadas *manifestações relevantes em 45 organizações*. Para organizar e comparar o material, os achados foram classificados segundo três grandes objetivos que estruturam a reforma: funções, mandatos e capacidades; coordenação e tomada de decisão; e financiamento. Os resultados revelam convergências em torno da necessidade de maior coordenação, equidade, fortalecimento de sistemas de saúde e sustentabilidade

financeira, mas também diferenças importantes quanto ao papel da OMS, à distribuição de poder, à participação social e ao lugar de atores privados e filantrópicos na governança global da saúde.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC**, em articulação com o PNUD e o UN-OHRLLS, focou suas ações na mobilização de investimentos e parcerias estratégicas. Coorganizou o *Fórum SIDS-GBN* e o lançamento do Fórum de Investimento em Ilhas (IIF), conectando Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento ao capital internacional para projetos em energia renovável, infraestrutura e adaptação climática. No **Conselho Executivo do PNUD,** a liderança do órgão destacou o papel da cooperação Sul-Sul para conectar conhecimento, financiamento e escala aos modelos de desenvolvimento liderados pelos próprios países.

O cenário da saúde no Brasil foi marcado por regulamentações, alertas sanitários e avanços científicos. O **Ministério da Saúde** atualizou as regras de cooperação técnica internacional, fortalecendo *parcerias Sul-Sul***.** A **Anvisa** alertou contra o uso de *smartwatches* para diagnósticos médicos, dada a falta de aprovação oficial. O **MedTrop 2026**, com forte presença da Fiocruz, priorizou soluções locais para doenças tropicais. A Fiocruz também relatou alta de SRAG por rinovírus em jovens e publicou nota técnica denunciando a desinformação no YouTube sobre cigarros eletrônicos. O **IBGE** estimou a população em 214,2 milhões.

O **G-77+China** manifestou preocupação, junto ao *Conselho Executivo do PNUD*, com o *declínio da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA)* e das contribuições ordinárias, cobrando financiamento previsível, transferência de tecnologia, fim de sanções unilaterais e valorização da cooperação Sul-Sul. Sobre a proposta de fusão da Escola de Quadros da ONU (UNSSC) com o UNITAR, o Grupo exigiu transparência, detalhamento dos custos de transição, preservação integral de mandatos e relatórios rigorosos do Secretário-Geral para assegurar eficiência e controle intergovernamental.

Celebrando o *65º aniversário da Conferência de Belgrado*, o **MNA** reuniu delegações do Sul Global na Sérvia. Sob o tema do legado do não alinhamento, o encontro reafirmou os princípios de coexistência pacífica, soberania territorial e cooperação internacional diante da fragmentação geopolítica. Paralelamente, Uganda conduz a reta final de sua presidência no bloco (2024–2027), convocando a reunião ministerial para dezembro de 2026. A gestão ugandense destaca-se pela defesa da soberania sanitária e equidade no Acordo de Pandemias, equilibrando discursos multilaterais com ações concretas no setor de saúde pública.

O **Centro-Sul** defendeu na ONU regras tributárias internacionais vinculantes para assegurar arrecadação doméstica e financiar a soberania em saúde nos países em desenvolvimento. Na **ASEAN**, abordou os obstáculos ao *Direito Humano ao Desenvolvimento*, propondo métricas focadas em dignidade, saúde e inclusão social. Em relação à *Declaração sobre os Direitos dos Camponeses (UNDROP),* destacou a governança internacional como ferramenta essencial para combater a concentração corporativa, fortalecer a agroecologia e garantir a soberania alimentar e territorial das populações rurais no Sul Global.

O papel em evolução do **Movimento dos Não-Alinhados** na diplomacia da saúde global é tratado por ***Ungerer***, em artigo que percorre os fundamentos históricos da criação do MNA, há 65 ano, comemorados na quinzena recém-finda, em encontro de todos os países integrantes do grupo, realizado em Belgrado (ex-Iugoslávia), atual capital da Sérvia. Analisa o momento histórico e as condições políticas que moldaram o MNA na sua criação nos primeiros anos,

buscando identificar as contribuições contemporâneas do bloco ao desenvolvimento da diplomacia da saúde global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os desdobramentos da reunião de ministros das finanças e governadores de bancos centrais do **G20** em Asheville. O texto discute a tentativa norte-americana de reorientar a agenda do bloco em meio a pressões geopolíticas ligadas ao Irã, instabilidades fiscais domésticas e atritos tarifários, destacando a ofensiva de Washington contra o superávit comercial chinês. Examinou ainda a repercussão das restrições de credenciamento impostas à imprensa durante o evento, inseridas em um quadro mais amplo de tensões com os veículos de comunicação e de opacidade na gestão do fórum. Durante a quinzena de 17 a 30 de agosto de 2026, o **G7** registra poucas atividades coletivas, mas registrou dois efeitos internos relevantes: a guerra com o Irã já elevou em US$ 16 bilhões o custo de financiamento da dívida soberana dos sete, com concentração nos Estados Unidos, e a ruptura das negociações comerciais entre Washington e Ottawa abriu um contencioso tarifário entre dois membros do grupo, com promessa canadense de retaliação equivalente. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a *atualização de dois de seus índices estatísticos econômicos mundiais* referentes ao segundo trimestre de 2026 e a promoção de três estudos com temas relacionados ao *desenvolvimento sustentável*.

Hoirisch informa que a próxima **Cúpula do BRICS** ocorrerá dias 12 e 13 de setembro de 2026, será organizada pela Índia e a agenda será focada no Sul global, refletindo uma pauta similar à Cúpula realizada no Brasil em 2025. BRICS está desenvolvendo o *BRICS Pay*, plataforma independente de pagamentos digitais, que busca conectar os sistemas financeiros de seus países, permitindo transações em moedas locais, sem depender diretamente do dólar ou da rede SWIFT. A implementação ocorreria em fases. O *Zimbábue ingressou no Banco de Brics* em julho buscando ampliar o acesso a recursos para infraestrutura e desenvolvimento econômico. Após o novo tarifaço de Trump, *Lula e Xi Jinping* conversaram sobre o fortalecimento da relação entre seus países, abordando temas como governança global, conflitos internacionais, a busca por novos mercados, terras-raras e inteligência artificial. As terras-raras são minerais estratégicos dos quais China, Brasil e Rússia possuem grandes reservas, enquanto a China domina a produção e o processamento no mercado mundial. Na área de *IA*, Brasil e China pretendem ampliar a cooperação e defender uma governança multilateral, buscando reduzir a dependência de tecnologias controladas por grandes empresas norte-americanas. A China inclusive está propondo iniciativas de capacitação e cooperação tecnológica com países do Sul Global por meio dos BRICS.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** analisam a *agenda prioritária da América Latina* que tem mudado seu eixo para *temas securitários*, especialmente pela pressão externa dos EUA. As mudanças de prioridade e agenda econômica dos novos governos de direita têm impulsionado conflitos distributivos e fortalecido manifestações sociais em diversos países da região. As mudanças políticas e econômicas têm impactado negativamente a estruturação dos blocos regionais, afastando parceiros históricos, como Brasil e Argentina, da criação de uma visão comum. Além disso, em vista dos desastres socioambientais na Venezuela e na Colômbia, a OPAS alerta para a necessidade de planejamento para o enfrentamento das consequências do El Niño na região. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o **Organismo Andino de Saúde (ORAS-Conhu)** participou de agendas sobre população e desenvolvimento, vacinação em áreas fronteiriças e articulação estratégica no Chile. A **Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central**

(COMISCA) participou de agendas nos temas de vigilância e engajamento industrial. A **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)** cumpriu agenda na temática de cooperação sul-sul e degradação da floresta**.**

Tobar, Barcellos e Costa abordam o **dengue** como um dos mais importantes desafios de saúde pública nas Américas. Embora a doença não seja originária do continente, sua disseminação está associada à presença do mosquito *Aedes aegypti*, introduzido historicamente a partir da África. Atualmente, apesar da redução de casos em relação ao recorde registrado em 2024, a transmissão continua significativa em diversos países da região.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa os principais resultados da **76ª sessão do Comitê Regional da OMS para a África** e a atualização sanitária da quinzena de 18 a 31 de agosto. Destaca-se a aprovação de estratégias regionais para financiamento sustentável da saúde, fortalecimento da regulação de produtos médicos, desenvolvimento na primeira infância e agenda do pessoal de saúde 2026–2035. O texto enfatiza a necessidade de sistemas de saúde mais resilientes, maior mobilização de recursos internos, melhor formação, emprego e retenção de profissionais, além de proteção financeira das populações. Também aborda a criação da Plataforma Regional de Dados de Saúde, destinada a integrar informações sanitárias e apoiar decisões baseadas em evidências. Na atualização epidemiológica, o foco é a epidemia de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, marcada por expansão geográfica, alta letalidade bruta, subnotificação provável, impacto sobre serviços de rotina e dificuldades operacionais agravadas por conflito armado e deslocamentos populacionais. O contraste com Uganda mostra que rastreamento eficaz, isolamento precoce e ausência de conflito podem conter surtos. O documento ainda discute cólera, sarampo, rubéola, atrasos de vigilância, financiamento insuficiente da resposta e desafios no acesso a produtos médicos e vacinas.

No informe sobre **Europa**, ***Freire*** aprecia alguns pontos da posição negocial da Europa junto à reforma da ONU, UN80, concluindo que a União Europeia apoia a reforma, mas condiciona seu apoio a mais eficiência, transparência, prestação de contas e resultados comprovados, com maior coordenação e financiamento previsível. Defende evitar custos adicionais, duplicações e estruturas paralelas, avaliando previamente o custo e o valor agregado de novas ferramentas.

Tavares Soares trata da situação de Saúde na **região MENA**, com destaque para os impactos nas zonas de conflito. São abordados os principais indicadores de saúde da região, incluindo a transição demográfica e epidemiológica; seus determinantes sociais; a situação dos Jovens; as diferenças de gênero; as enormes heterogeneidades entre os países da região, bem como as desigualdades regionais e nacionais; seus principais desafios e avanços; e suas perspectivas, com algumas recomendações. Uma análise específica sobre a *saúde mental* na região, com destaque para as consequências originadas pelas situações de conflitos. Finalmente são analisadas as consequências para a *saúde e seus determinantes em países com situações de conflito e guerra*: Palestina, Irã, Síria, Iêmen, Líbano e Líbia.

Lobato, Lopes, Santiago, Brandão, Soares, Aguilar-Zamudio e Lenzi abordam sobre o **cenário asiático** de agosto e início de setembro de 2026 que foi marcado pela 26ª Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (SCO), realizada em Bishkek, no Quirguistão, que celebrou os 25 anos da organização. Os líderes aprovaram iniciativas voltadas ao combate às drogas sintéticas, proteção da biodiversidade, criação de um Corredor de Tecnologia Verde,

cooperação em inteligência artificial, desenvolvimento logístico e fortalecimento da arquitetura regional de segurança. A SCO reafirmou seu papel como principal fórum de diálogo da Eurásia, reunindo China, Rússia, Índia, Paquistão e Irã, e servindo como espaço para importantes encontros bilaterais entre Xi Jinping, Narendra Modi, Vladimir Putin e Masoud Pezeshkian.

A diplomacia chinesa também avançou em outras frentes. A visita do chanceler Wang Yi à Indonésia consolidou novos mecanismos de cooperação estratégica, incluindo o primeiro diálogo ministerial "2+2" da China com outro país, ampliando a cooperação em defesa, segurança marítima, inteligência artificial e industrialização. Já a visita do presidente equatoriano Daniel Noboa a Pequim reforçou a parceria estratégica sino-equatoriana, com acordos em infraestrutura, energia, mineração, tecnologia e economia digital. Paralelamente, a APEC reuniu-se em Dalian debatendo inteligência artificial, segurança alimentar e crescimento econômico regional, enquanto a visita do secretário-geral da ASEAN ao Brasil fortaleceu o diálogo político e comercial entre o Sudeste Asiático e Brasília.

Na área sanitária, destacaram-se os debates do Fórum Parlamentar Ásia-Pacífico sobre Saúde Global, em Phnom Penh, que enfatizou cobertura universal de saúde, adaptação dos sistemas sanitários às mudanças climáticas e regulação da inteligência artificial na medicina. A China lançou ainda seu Plano Quinquenal de Seguridade Médica Universal (2026-2030), que busca manter cobertura de cerca de 95% da população, expandir o seguro de cuidados de longa duração, integrar dados nacionais de saúde e utilizar o poder de compra do sistema para estimular a inovação farmacêutica.

No plano socioeconômico e ambiental, a região enfrentou eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor recordes na Coreia do Sul, enchentes associadas ao degelo na fronteira China-Nepal e os impactos do Tufão Golfinho. Esses episódios reforçaram a centralidade da governança climática, da modernização dos sistemas de alerta e da adaptação da infraestrutura como prioridades estratégicas para a Ásia-Pacífico.

Esteves analisa uma tensão central da **política externa do segundo governo Trump**. A tentativa de preservar a primazia norte-americana por meio da priorização estratégica, da mobilização industrial e da transferência de encargos aos aliados pode elevar, em vez de reduzir, o custo nacional da liderança. O argumento distingue *primazia*, entendida como a posição e a estratégia de permanecer em primeiro lugar, de *hegemonia*, entendida como a capacidade relacional de converter preponderância em uma ordem apoiada por instituições, barganhas, legitimidade e algum grau de consentimento. Define-se *primazia coercitiva* como a defesa da primazia por métodos que corroem as relações hegemônicas. A guerra conduzida pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã funciona como teste de estresse, uma vez que rotações navais, restrições de disponibilidade de forças e pressão sobre estoques de interceptadores tornam visível a sobre-extensão industrial. A *transferência coercitiva de encargos*, por sua vez, pode incentivar aliados a se rearmar, diversificar fornecedores e ampliar sua autonomia. O artigo examina ainda o *tempo político das eleições de meio de mandato* e o *uso das Américas como espaço de sucessos demonstráveis,* com atenção a *Cuba* e às pressões relacionadas às *eleições brasileiras.* Uma intervenção militar em Cuba e uma operação coordenada para determinar o resultado eleitoral no Brasil permanecem no estatuto de hipóteses, e o texto as trata como tais. Corte de informação em 31 de agosto de 2026.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate 'Saúde na África: desafios e perspectivas' no dia 9 de setembro



Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de*

Saúde Global e Diplomacia da Saúde, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.

Abrasco realiza ainda dois congressos em 2026

De 16 a 19 de setembro, a Abrasco realiza o **10° Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**, em Manaus/AM. Com o tema *"Interculturalidade, ambiente e saúde: os desafios do século XXI para uma vida em conexão com os territórios"*, o congresso promoverá o diálogo entre diferentes saberes e experiências, fortalecendo a reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da Saúde Coletiva. Faltam apenas cerca de 40 dias, mas as inscrições continuam aberta. Acompanhe atualizações e inscrições diretamente pelo site do 10º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde ou pela página da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Em novembro, será realizado o **10º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa)**, em Brasília (DF). O evento é promovido pelo Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Abrasco, e visa ampliar o debate sobre políticas, práticas e desafios da vigilância sanitária no país.

18º Congresso Mundial de Saúde Pública em Cape Town de 6 a 9 de setembro próximo

O *18º Congresso Mundial de Saúde Pública* será realizado de 6 a 9 de setembro de 2026, na Cidade do Cabo, África do Sul. Organizado pela *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* e pela Associação de Saúde Pública da África do Sul (PHASA), este evento de prestígio reunirá profissionais de saúde pública, formuladores de políticas e defensores da área de todo o mundo para abordar os desafios globais de saúde mais urgentes. O tema do congresso, "*Saúde Sem Fronteiras: Equidade, Inclusão e Sustentabilidade*", reflete a necessidade urgente de ação coletiva em um mundo marcado por guerras, instabilidade política, epidemias e injustiças sistêmicas. A programação procura cobrir todos estes temas desafiadores. Principais subtemas do Congresso são: 1) Equidade na saúde pública: Enfrentar disparidades e garantir o acesso à assistência à saúde para todos; 2) Inclusão e diversidade: Promover políticas e práticas inclusivas na saúde global; e 3) Sustentabilidade e resiliência: Construir sistemas de saúde sustentáveis para proteger as pessoas. Para conhecer todo o programa acesse: https://www.wfpha.org/world-congress-on-public-health/

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)



O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 4 de setembro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz
(desde 2014)